

## O PROFISSIONAL DO AEE E AS SALAS MULTIFUNCIONAIS: avanços e visões<sup>1</sup>

Jefferson Luis da Silva Cardoso – Universidade Federal Rural da Amazônia<sup>2</sup>

Raira Karolina Lima Marinho – Secretaria Municipal de Educação,

Ananindeua/PA<sup>3</sup>

Walace de Souza Almeida – Universidade Federal Rural da Amazônia<sup>4</sup>

Eixo temático 4: Atendimento Educacional Especializado.

### Resumo

A Educação Especial na perspectiva da inclusão no Brasil tem exigido cada vez mais dos gestores escolares, atenção no que tange a oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE por conta das questões legais específicas que envolvem o espaço, bem como o profissional atuante nele. Assim, o presente estudo versa sobre a importância do profissional do AEE e sua atuação no espaço escolar nas salas multifuncionais para Educação Especial no sentido de contribuir com o processo de autonomia dos alunos público alvo da modalidade de ensino em questão. Parte do seguinte problema: como os profissionais do AEE tem observado sua atuação no espaço das salas multifuncionais? Tem como objetivo investigar a percepção dos profissionais sobre sua atuação no espaço AEE por meio das salas multifuncionais no Estado do Pará. Nesse sentido, partiu-se de pesquisa bibliográfica e documental sob a ótica de Severino (2007) e Gil (2002), encontrando como principais documentos legais a Resolução n° 04/2009 e Portaria n° 13/2009, e autores que discutem a temática aqui aludida: Salgado (2006), Ropoli (2010), Mantoan (1997), Saviani (2009), dentre outros; assim como aplicação de questionário fechado a dez professores do AEE; já para a análise dos indícios coletados sobre as impressões dos profissionais, seguiram-se os preceitos de Pádua (2000) e Minayo (2009; 2014) sobre a análise interpretativa hermenêutica. Como achados iniciais de pesquisa exploratória, confirma-se a inclusão de alunos público alvo da Educação Especial nas salas regulares com a contribuição dos profissionais do AEE; as salas multifuncionais se proliferam pelo Estado do Pará aumentando em número e atendimento; o espaço AEE funcionando com a estrutura e o profissional indicado nos documentos oficiais; os profissionais pesquisados demonstram conhecer bem seu papel diante dos

---

<sup>1</sup> Artigo vinculado ao projeto de pesquisa Formação de professores, trabalho docente e didática: debates contemporâneos – UFRA campus Tomé-Açu/PA.

<sup>2</sup> Mestre em Educação pela UEPA. E-mail: [jerffersonluis@hotmail.com](mailto:jerffersonluis@hotmail.com)

<sup>3</sup> Esp. em Literatura Infantil pela UNINTER. E-mail: [marinhoraira@gmail.com](mailto:marinhoraira@gmail.com)

<sup>4</sup> Graduando em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa pela UFRA E-mail: [senhorwalace@gmail.com](mailto:senhorwalace@gmail.com)

desafios encontrados na Educação Especial executando com sucesso sua atividade e sinalizam conquistas quando se referem aos resultados percebidos pelo avanço de seus alunos.

**Palavras – chave:** Salas Multifuncionais; Educação Especial; Atendimento Educacional Especializado – AEE; Profissional do AEE.

## 1. INTRODUÇÃO

O processo do ordenamento educacional no Brasil refletiu as tomadas de decisão que muitos países viviam acerca do tema, de maneira enfática, a questão da Educação Especial como provedora da inclusão da pessoa com deficiência no sistema regular de ensino. Mudou-se por completo a visão dos atores sociais que fazem parte da comunidade escolar, em especial a dos professores que diariamente lidam com seus alunos e necessitam do auxílio, das escolas, das secretarias de educação, a formação de professores e de toda rede que move o sistema nacional de ensino no sentido de superar limites pedagógicos na educação básica.

O presente estudo tem como objetivo refletir sobre o ensino fundamental e a Educação Especial articulada entre as salas de ensino regular e o espaço do Atendimento Educação Especializado – AEE. Para tanto a metodologia utilizada foi à pesquisa bibliográfica e documental sob a ótica de Severino (2007) e Gil (2002), encontrando como principais documentos legais a Resolução 04/2009 e Portaria n° 13/2007; bem como autores que discutem a temática aqui aludida: Salgado (2006), Ropoli (2010) e Pienta (2014).

Como achados iniciais de pesquisa exploratória confirma-se a inclusão de alunos público alvo da Educação Especial nas salas regulares; as salas multifuncionais se proliferam pelo Estado do Pará; o espaço AEE funcionando com a estrutura e o profissional indicado nos documentos oficiais; os profissionais pesquisados demonstram conhecer bem seu papel diante dos desafios encontrados na Educação Especial executando com sucesso sua atividade e sinalizam conquistas quando se referem aos resultados percebidos pelo avanço de seus alunos.

## 2. MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo tem como objetivo investigar a atuação do profissional do AEE e a realidade de suas práticas no interior das salas multifuncionais no Estado do Pará. Para tanto a metodologia utilizada foi à pesquisa bibliográfica e documental sob a ótica de Severino (2007) e Gil (2002), encontrando como principais documentos legais a Resolução n° 04/2009 e Portaria n° 13/2007; bem como autores que discutem a temática aqui aludida: Ropoli (2010); Pienta (2014) e Salgado (2006), Mantoan (1997), Saviani (2009), dentre outros analisados.

A metodologia contou ainda, com um questionário fechado na perspectiva de Gil (2002), contendo cinco questões focadas na realidade de dez profissionais do AEE<sup>5</sup> e sua atuação nas salas multifuncionais das escolas públicas da rede estadual de ensino e que gerou os resultados apresentados, sendo analisados a partir dos preceitos de Pádua (2000) e Minayo (2009; 2014) sobre a análise interpretativa hermenêutica, sendo apresentados nas seções seguintes.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 3.1. O profissional do AEE: visões e práxis pedagógica

Diante do desafio da Educação Especial ofertada pela rede de ensino regular, a presença do professor do AEE, aquele que contribui e auxilia os professores das turmas regulares, em períodos fora da hora da regência, possibilitando dessa forma, uma maior integração do corpo docente com as metodologias utilizadas na educação especial, se torna cada vez mais necessária, haja vista o fluxo que só tem aumentado de alunos público alvo dessa modalidade de ensino.

Não obstante, se viu na Resolução de n° 4, do CNE/CBE, no artigo 9º, que é necessária:

---

<sup>5</sup> O levantamento foi realizado em caráter voluntário e científico, no primeiro semestre de 2019, resguardando o anonimato dos respondentes. Todos os professores tem formação inicial nas Licenciaturas com pós-graduação em Educação Especial e Inclusiva. (observações de campo, 2019).

A elaboração e a execução do plano de AEE são de competência dos **professores que atuam na sala de recursos multifuncionais** ou centros de AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento. (BRASIL, 2009 grifos nosso).

Observa-se no documento citado, que dos elementos lá inseridos, os professores do AEE são aqueles que possuem o conhecimento, as habilidades e as competências necessárias para que se possa avançar em termos qualitativos sobre as aprendizagens dos alunos da educação especial, na medida em que articulam seus planos de ação em consonância com as necessidades de seus alunos. Nessa via, caminham:

Para promoção do efetivo aprendizado e ensino para todos os alunos, além da oferta do AEE entende-se ser necessário ter como mais um dos recursos de inclusão o trabalho de cunho colaborativo entre os profissionais envolvidos nesse processo, principalmente pelo trabalho realizado em sala comum, com o grupo da classe. (ZERBATO; VILARONGA; MENDES; PAULINO, 2013, p. 02).

Nessa estrada, é preciso traçar objetivos/metapas para garantir a qualidade de seu trabalho no chão da escola por meio da Educação Especial, na seleção de recursos, observação de atividades exitosas e ações mais específicas em colaboração com as salas de ensino regular. O professor do AEE precisará ainda, organizar sua metodologia de ensino, já que para Vaz; Garcia, (2016, p. 02):

Principalmente a partir dos anos 2000 a política de Educação Especial está sendo direcionada ao incentivo à inclusão dos estudantes com deficiência nas escolas regulares. Nesse âmbito, a concepção de professor de EE vem sendo delineada pelos objetivos desse novo modelo no país, sob a baliza de um projeto de educação neoliberal.

Diante desse contexto, o professor do AEE tem o papel de auxiliar os educandos com Necessidades Educativas Especiais - NEE e desenvolver práticas ou metodologias que maximizem seu desenvolvimento escolar e contribua para elevar seu nível de autonomia. É fundamental que essa relação educacional entre o professor e o aluno seja saudável e que aumente a rede de apoio sobre sua aprendizagem. Portanto,

O AEE é uma temática em evidência no momento, pois se apresenta como um apoio significativo para as escolas regulares, tendo em vista o crescente número de alunos com deficiência que ingressam no ensino comum e a ênfase dada a este serviço principalmente após a instituição da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008. (BRASIL, 2008).

Tal política demandou sobre o profissional do AEE novos horizontes, pois a Educação Especial precisa que todos os seus professores sejam capacitados e preparados durante um período específico para que possam desenvolver suas respectivas atividades de maneira consolidada, sempre articulando teoria e prática. Nas considerações de Saviani (2009, p. 153):

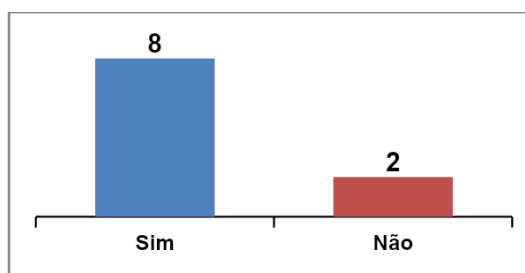
[...] será necessário instituir um espaço específico para cuidar da formação de professores para essa modalidade de ensino. Do contrário essa área continuará desguarnecida e de nada adiantarão as reiteradas proclamações referentes às virtudes da educação inclusiva que povoam os documentos oficiais e boa parte da literatura educacional nos dias de hoje.

Atentos à situação da formação específica para o trabalho no AEE, é por meio da experiência de trabalho e de sua importância social no interior das escolas que todos os professores aperfeiçoam sua prática e permitem novos olhares sobre sua própria atuação na Educação Especial na perspectiva da inclusão. Nas reflexões de Mantoan (1997, p. 120):

[...] a inclusão é um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico.

O cenário indica para necessidade de uma formação profissional adequada, segura e que promova a transformação social dos alunos público alvo do AEE, bem como de seus professores – coautores da aprendizagem que a Educação Especial tanto busca promover a seus participantes. Após essa incursão teórica, apresentam-se algumas reflexões dos professores do AEE que responderam ao questionário fechado desta pesquisa.

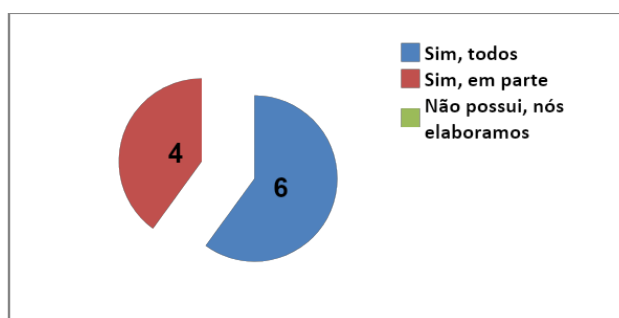
**Gráfico 1.** Você se sente preparado teoricamente (formação) para o trabalho no AEE.



**Fonte:** dos autores, pesquisa de campo (2019).

Na avaliação dos professores, cabe o otimismo diante do cenário de seus trabalhos. São profissionais que diuturnamente batalham no sentido de maximizar as aprendizagens de seus alunos. Vale ressaltar que “Para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial.” (BRASIL, 2009, art. 12) o que possibilita uma melhor atuação em termos profissionais. Os investigados que marcaram “não” justificaram por ser recém-formado, o que é bastante aceitável.

**Gráfico 2.** A sala multifuncional que você atua, possui o material necessário para trabalhar com os alunos.

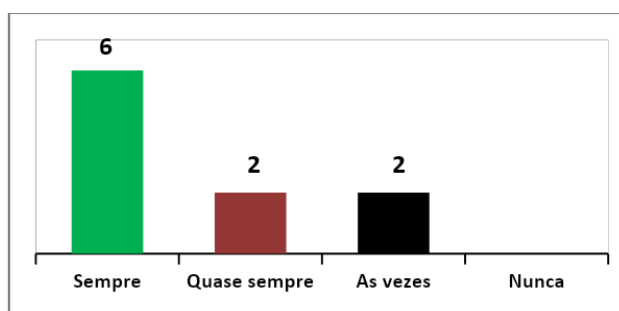


**Fonte:** dos autores, pesquisa de campo (2019).

A partir da representação anterior, percebe-se que as salas multifuncionais nas escolas da rede estadual de ensino estão com aparelhamento quase completo, na medida em que maior parte dos respondentes diz ter o material didático necessário para executar seu trabalho, mesmo que em parte. É importante saber que cabe aos gestores dos sistemas de ensino “[...] definir quanto à implantação das salas de recursos multifuncionais, o planejamento da oferta do AEE e a indicação das escolas a

serem contempladas, conforme as demandas da rede [...]” já apregoa Brasil (2010, p. 10) sobre o funcionamento das salas em questão. Nesse quesito só tem aumentando o número do espaço em funcionamento no Estado do Pará é o que revela parte dessa pesquisa.

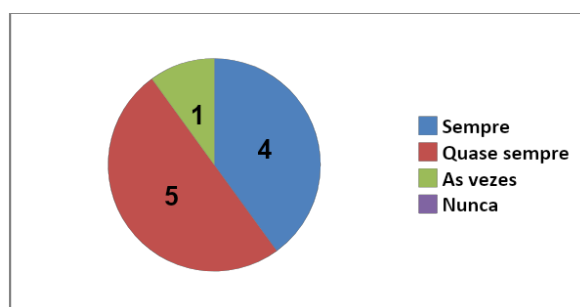
**Gráfico 3.** Você acredita que seu trabalho na sala do AEE traz um resultado positivo na aprendizagem de seus alunos.



**Fonte:** dos autores, pesquisa de campo (2019).

Na avaliação dos professores, o trabalho pedagógico desenvolvido consegue mover as aprendizagens de seus alunos, mesmo que às vezes. É interessante lembrar que cada deficiência possui distintas formas de ensino e também de aprendizagem, contudo “[...] a Educação Especial, por meio do AEE “[...] identifica elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.” já nos indica Machado (2010, p. 59), no sentido da observação das múltiplas frentes de trabalho do AEE em parceria com as salas regulares de ensino.

**Gráfico 4.** Há diálogo entre a sala regular e a multifuncional que você atua.

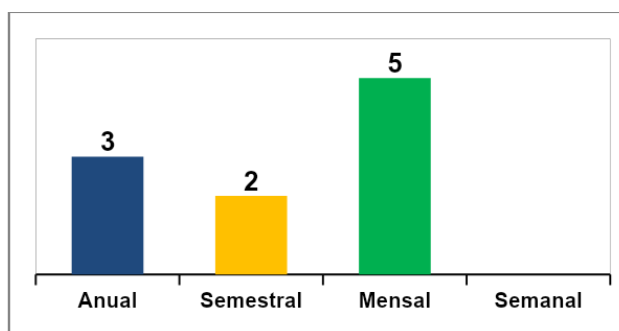


**Fonte:** dos autores, pesquisa de campo (2019).

Nesse cenário, advertimos sobre a necessidade do AEE figurar sobremaneira o Projeto Político Pedagógico das escolas. É relevante que a

relação entre os diversos atores da escola pública, esteja em consonância com a proposta da Educação Especial que se proponha executar e das “[...] Redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE.” (BRASIL, 2009, art.10-VII) onde o diálogo seja a pedra fundamental para o sucesso do AEE nas escolas.

**Gráfico 5.** Em sua opinião, com que frequência a escola básica fomenta diálogos entre os professores regulares, a Educação Especial e o AEE.



**Fonte:** dos autores, pesquisa de campo (2019).

Na leitura que se realiza do gráfico anterior, as escolas têm, mesmo que anualmente, conversado sobre os assuntos mais diversos do contexto escolar, em especial para este trabalho focamos na Educação Especial articulada ao AEE. Não obstante “[...] a reflexão e a ação do gestor escolar devem perpassar pela motivação e mobilização de ações e o conhecimento sobre a legislação e as relações entre a escola, sua função social e o seu papel político institucional.” (SEDUC/PR, 2018, p. 11). Nessa direção, acredita-se que o profissional do AEE consiga a adesão de seus pares no sentido de maximizar as aprendizagens de seus alunos.

Diante dos dados mostrados, percebe-se que os profissionais do AEE têm na medida do possível, realizado seu trabalho. Conseguem a companhia de seus pares da educação básica para fazer funcionar as metodologias direcionadas aos alunos com deficiência e tem conquistado seus aprendizados, maior desafio que possam enfrentar. A seguir, fala-se sobre o AEE articulado nas salas multifuncionais no Estado do Pará, assim como nesta seção, apresentam-se alguns dados coletados em sites do governo e outros que se fizeram necessários.



### **3.2. O AEE NO ESTADO DO PARÁ: os desafios do profissional das salas multifuncionais**

O AEE repercute de forma altamente positiva no interior da escola regular, como evidenciado na seção anterior, diante da possibilidade de toda comunidade escolar tomar ciência de seu trabalho e se reorganizar no sentido do atendimento às necessidades de seus alunos. Vale ressaltar logo de início que o atendimento do AEE possui conteúdos e metodologias totalmente diferentes daquelas empregadas nas salas regulares, constituindo-se assim em um serviço diferenciado e de acordo com as limitações de cada aluno que faz parte da Educação Especial.

Nesse sentido, vale uma releitura da Resolução nº 04/09 que institui o AEE e suas atribuições assim descritas:

Art. 1º [...] os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recurso multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado na rede pública [...].

Art. 2º O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade ou estratégias que eliminem barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. (BRASIL, 2009).

A resolução é clara quanto a matrícula do aluno no ensino regular e no AEE para que seja atendido no contraturno, como forma de potencializar as competências e habilidades dos partícipes da Educação Especial. No entanto, a sala de recursos multifuncionais deve ser o lócus privilegiado de estratégias, metodologias e ações pedagógicas capazes de possibilitar um novo olhar aos alunos com deficiência para que se diminua, quiçá elimine as barreiras impostas, muitas vezes, pela própria sociedade que tem limitado seu desenvolvimento.

A escola pública e regular, mesmo com o grande histórico de lutas em defesa de uma educação de qualidade e universal, sofreu forte impacto com a

chegada da Educação Especial por meio do AEE, uma vez que:

O processo de reorientação de escolas especiais e centros especializados requer a construção de uma proposta pedagógica que institua nestes espaços, principalmente, serviços de apoio às escolas para a organização das salas de recursos multifuncionais e para a formação continuada dos professores do AEE. (ROPOLI et al, 2010, p. 18)

A autora pontua de forma enfática a sala de recursos multifuncionais e a formação continuada de professores como fator central do AEE. Sobre as salas multifuncionais o MEC por meio da Portaria nº13/07 criou o programa de implantação desses ambientes nas escolas públicas regulares e que atende aos alunos com deficiência. São espaços dotados de “mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos, recursos de acessibilidade e equipamentos específicos para o atendimento aos alunos público alvo da educação especial” (ROPOLI, 2010, p. 31) e que são atendidos no contraturno, uma vez que o aprendizado nessas salas é direcionado e buscam a superação das limitações dos seus usuários.

No sentido de reconhecer o espaço, elaboramos o quadro abaixo que mostra as especificidades das salas multifuncionais.

**Quadro 1.** Tipos de Salas Multifuncionais

Tipo I	Tipo II*
Microcomputadores, monitores, fones de ouvido e microfones, scanner, impressora laser, teclado e colméia, mouse e acionador de pressão, laptop, materiais e jogos pedagógicos acessíveis, software para comunicação alternativa, lupas manuais e lupa eletrônica, plano inclinado, mesas, cadeiras, armário, quadro melanínico.	Impressora Braille, máquina de datilografia Braille, reglete de mesa, punção, soroban, guia de assinatura, globo terrestre acessível, kit de desenho geométrico acessível, calculadora sonora, software para produção de desenhos gráficos e táteis.

\*Possui, também, todos os recursos da sala Tipo I.

**Fonte:** Adaptado de Ropoli (2010).

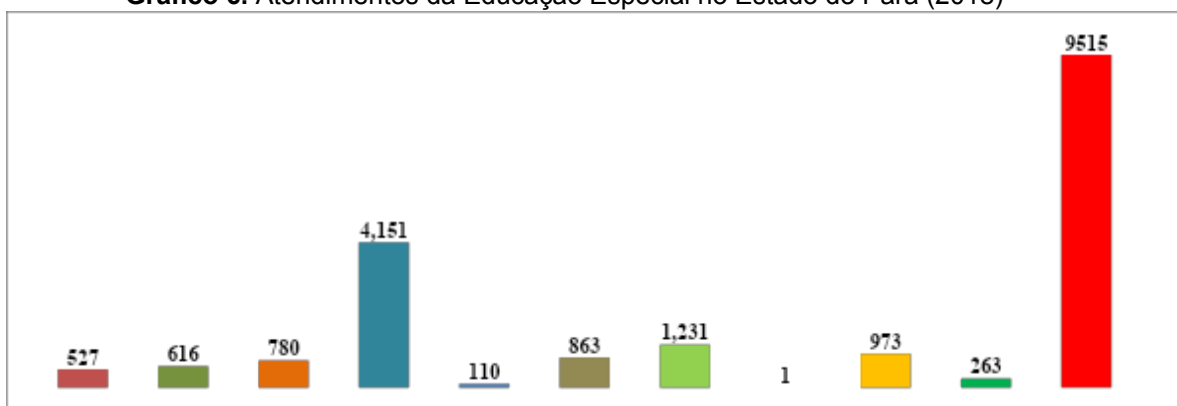
Por conta do grande número de municípios no Brasil, 5570<sup>6</sup> no total, as salas multifuncionais que mais se propagam são a do Tipo I, por conta do baixo custo de implantação. O Estado do Pará é constituído por 144 municípios e, segundo dados do site institucional do Governo do Estado<sup>7</sup> cerca de 7.500

<sup>6</sup> Dados de 2017 do IBGE, disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>, acesso em: 19 abr 2019

<sup>7</sup>Vide site: [www.seduc.pa.br](http://www.seduc.pa.br)

alunos frequentam as salas de recursos multifuncionais em número de 630 para o ano de 2017. Nesse caminho, o total de matrículas no ensino fundamental na rede estadual foi de 191.889<sup>8</sup> de modo que, representa apenas 3,9% de atendimento. Mesmo que a competência pela oferta do ensino fundamental não seja do Estado, esse índice poderia ser bem melhor. Já no ano de 2018 os resultados dos atendimentos foram bem animadores, acima de 9,5mil (26% de aumento em relação a 2017), segundo a Coordenadoria de Educação Especial (COEES) da SEDUC-PA, demonstrando esforço e empenho para o atendimento do aluno deficiente, como mostra o gráfico abaixo.

**Gráfico 6.** Atendimentos da Educação Especial no Estado do Pará (2018)<sup>9</sup>



**Fonte:** Adaptado de PARÁ, (2018).

Já a rede municipal responsável pelo ensino fundamental, registrou no mesmo ano 1.133.830 matrículas espalhadas nos 144 municípios, porém por conta de não haver um repositório efetivo de informações, apontamos para o município de Belém que dispõem de informações mais acessíveis e possui atualmente 59 Escolas de Ensino Fundamental. Registrou até 2016, 40 salas multifuncionais para o atendimento de seus alunos, e com estimativa de contemplar as outras escolas, que não dispunham do espaço, até o ano de

<sup>8</sup> Dados do IBGE para o ano de 2017. Disponível em: [https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/pesquisa/13/5\\_902?indicador=5908](https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/pesquisa/13/5_902?indicador=5908), acesso em: 19 abr 2019.

<sup>9</sup> Informações coletadas no site institucional da SEDUC/PA. Disponível em: <http://www.seduc.pa.gov.br/site/seduc/modal?ptg=9412>

2020<sup>10</sup>, demonstrando o empenho no atendimento às demandas da Educação Especial no Brasil.

Em relação ao profissional que atua no espaço AEE, a Resolução nº 04/2009 em seu artigo 12, já explicita a necessidade de ser um profissional habilitado na docência e que possua formação continuada na área da Educação Especial para que possa conduzir de maneira mais eficiente seus trabalhos junto aos alunos, público alvo da educação especial. O professor atuante no AEE, como tratado na seção anterior, não substitui o do ensino regular, ele proporciona ao aluno deficiente mecanismos que os auxiliem na vida em sociedade e que possam, na medida do possível, ultrapassar seus limites de aprendizagem.

Nessa linha de pensamento, o que se tem buscado é a interação do aluno deficiente no ensino regular, exaltando a inclusão de fato. Para tanto,

[...] construir e cultivar práticas de inclusão pressupõe planejar novas formas de atuação, com intencionalidade e ousadia, a fim de que os aspectos criativos do trabalho docente possibilitem novas formas de intervenção que garantam a participação de todos em diferentes campos de atuação e em diferentes espaços. (SALGADO, 2006, p. 62).

A autora adverte para importância do professor da sala regular, uma vez que, será ele o agente de transformação que tem a possibilidade de tornar ambiente da sala de aula inclusivo e repleto de saberes e práticas articuladas às necessidades e limitações do alunado. Completa esse pensamento, Pienta (2014) quando analisa a postura do professor que encoraja, é proativo, positivo e comprometido com a ética, com a justiça e com o direito a diversidade de cada aluno. Nesse caminho, a Educação Especial encontra reflexos importantes e vai tomando corpo no interior da escola regular, efetivando o direito à educação de todos, assegurado nos documentos oficiais de nosso país.

#### **4. CONCLUSÃO**

---

<sup>10</sup> Informações coletadas no site institucional da Prefeitura de Belém/PA. Disponível em: [www.belem.pa.gov.br](http://www.belem.pa.gov.br)

O processo de organização e a concretização das políticas de Educação Especial no Brasil demonstram ao longo dos tempos, principalmente nas últimas décadas, a luta em favor da diversidade e inclusão na rede de ensino regular pelo Brasil. Apesar das dificuldades que ainda se encontram no campo da própria política em favor de uma escola de fato inclusiva, percebem-se as iniciativas de efetivação em partes da política nacional de Educação Especial no Estado do Pará, uma vez que a legislação obriga União, Estados e Municípios a implantar as ações que os documentos oficiais têm exigido. Desse modo, já fazem parte do cotidiano das escolas regulares Paraenses os alunos deficientes, com aumento de clientela ano após ano.

O profissional do AEE aparece como importante figura no processo de aprendizagem dos alunos, na medida em que possui perfil de formação, articulando teoria e prática, adequada ao trabalho com crianças, jovens e adultos com deficiência. Os profissionais pesquisados demonstram conhecer bem seu papel diante dos desafios encontrados na Educação Especial executando com sucesso sua atividade e sinalizam conquistas quando se referem aos resultados percebidos pelo avanço de seus alunos.

As salas multifuncionais se proliferam pelo Estado do Pará, permitindo dessa forma que o espaço AEE esteja em pleno funcionamento com a estrutura e o profissional indicado nos documentos oficiais, garantindo assim, o atendimento dos alunos que necessitam de apoio pedagógico diferenciado para que possam superar suas limitações de aprendizagem e na medida do possível, ultrapassar as barreiras de aprender a ser, aprender a fazer e conviver melhor em sociedade – juntos somos mais fortes na luta por uma educação de fato inclusiva.

## 5. REFERÊNCIAS

BRASIL. Resolução nº 04. **Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, na modalidade Educação Especial.** 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf), Acesso em: 01 ago 2019.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 13, de 24 de abril de 2007, **Dispõe sobre a criação do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais.** Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=9935-portaria-13-24-abril-2007&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9935-portaria-13-24-abril-2007&Itemid=30192), acesso em: 01 ago 2019.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Educação Especialna perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

\_\_\_\_\_. **Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais**. Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial. MEC/SEESP, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MACHADO, R. **Sala de recursos multifuncionais: espaço e organização do atendimento educacional especializado**. Inclusão: revista da educação especial, Brasília, DF: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, v. 5, n. 1, jan./jun., 2010.

MANTOAN, M. T. E. **O desafio das diferenças nas escolas**. Petropolis, RJ:Vozes, 2009.

MINAYO, M. C. de S. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social**. In: Desalndes, S. F. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 28.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14.ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 6ª ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

PIENTA, A. C. G. **Temas contemporâneos da educação**. Curitiba: Fael, 2014.

ROPOLI, E. A. **A Educação Especialna perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva**. Brasília, MEC/SEE/UFCE: Fortaleza, 2010.

SALGADO, S. S. **Inclusão e processo de formação**. In: SANTOS, M. P.; PAULINO, M. M. **Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas**. São Paulo: Cortez, 2006.

SAVIANI, D. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v.14 n.40, jan./abr. 2009.

SEDUC/PR. **O gestor e a Educação Especialno contexto escolar**. Unidade 2 - O Atendimento Educacional Especializado e a Oferta do Sareh. Governo do Estado do Paraná. 2018.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

VAZ, K; GARCIA, R. M. C. **O professor de Educação Especialna perspectiva da educação inclusiva: reflexões acerca de articulação entre o modelo de professor e o projeto escola**. – Reunião Científica Regional da ANPED; educação, movimentos sociais e políticas governamentais, UFRP, Curitiba, Paraná, 2016.

ZERBATO, A. P; VILARONGA, C. R; MENDES, E. G; PAULINO, V. C. **Discutindo o papel do professor de Educação Especialna proposta de co-ensino em um município do interior de São Paulo**. Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência – SEDPcD/Diversitas/USP Legal – São Paulo, junho/2013.